

FRONTEIRAS DA SOCIABILIDADE EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DA GRANDE VITÓRIA¹

Amílcar Cardoso Vilaça de Freitas (UFPel)

INTRODUÇÃO

A delinquência de exclusão, de alguma forma ligada ao desemprego, à gravidade dos problemas sociais e à falta de perspectivas de futuro se manifesta nos bairros pobres de muitas cidades brasileiras. Portanto, a estigmatização territorial exerce um impacto forte sobre a subjetividade dos indivíduos que vivem nesses espaços urbanos segregados; jovens de classes populares são os mais criminalizados, controlados e têm as relações mais tensas com as forças policiais. Isso cria fronteiras nas sociabilidades desses jovens, que muitas vezes os separam das rotinas legítimas e das práticas sociais estabelecidas nas instituições oficiais e faz com que eles tentem criar regras para a convivência fora dessas relações.

A pesquisa que se apresenta aqui buscou compreender perspectivas de vida de adolescentes em conflito com a lei da região metropolitana da Grande Vitória, ES (RMGV). O trabalho foi desenvolvido com jovens que receberam uma medida socioeducativa de internação – a mais grave que alguém com menos de dezoito anos pode receber segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad)² – e que estavam internados no momento da pesquisa. Internado em uma unidade socioeducativa, ele está responsabilizado oficialmente por uma prática criminosa e socialmente está em meio a um processo que o identifica como uma pessoa diferente. Nesse artigo, buscamos compreender como ele constrói a relação de convivência forçada com companheiros de internação e como essa interação está marcada por tipos sociais detestáveis e pela tentativa de criar uma autoimagem positiva se distanciando desses tipos. Assim, acreditamos que poderíamos melhor compreender como adolescentes em conflito com a lei da Grande Vitória pensam o que eles chamam de “mundo do crime” e quais as características desse “mundo” que eles apontam como centrais; e, por fim, compreender adolescentes da Região Metropolitana de Vitória em trajetórias marcadas pela rotulação criminal elaboram suas relações com colegas de internação.

A pesquisa consistiu principalmente na realização de entrevistas em profundidade e de observações informal de atividades corriqueiras de adolescentes em conflito com a lei

1 V ENADIR – GT 13 Pesquisas etnográficas em fronteiras difusas e contextos de(i)legalidades

2 BRASIL. Lei 8.096/90, artigos 121 a 125.

internados em unidades do Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo (IASSES). O que captamos foram narrativas articulando histórias de vida, subcultura e sujeição criminal, liberdade e encarceramento. Uma vez que não há precisão sobre algumas categorias centrais, é preciso que elas emergjam das narrativas dos próprios interlocutores. Nesse sentido, foi privilegiado esse método, uma vez que, a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, compreendendo experiências passadas e colocando-as em perspectiva, de forma a identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, bem como reconhecer juízos de valores e interpretações por parte dos informantes. Foram realizadas quarenta e cinco entrevistas e o trabalho de observação se estendeu por 18 meses, de junho de 2013 até o final de 2014. Contudo, são ainda utilizadas observações e conversas informais, na tentativa de estabelecer uma relação de maior confiança entre pesquisador e adolescentes internados. As unidades socioeducativas contam com uma série de atividades pedagógicas que podem ser observadas e que permitiram que o pesquisador interagisse diretamente com os adolescentes e também que conhecesse melhor suas rotinas institucionais.

Nesse artigo vamos apresentar o resultado da observação da e dos relatos sobre a convivência dentro de uma unidade socioeducativa e como se elaboram tipos sociais classificados de maneira pejorativa. Assim, pudemos perceber que a sociabilidade desses jovens era atravessada por processos avançados de rotulação criminal, que interferia em quase todos os seus processos de convivência com outras pessoas. Dentro do que eles intitulam “mundo do crime”, existia uma série de atitudes condenadas, que os levaria a serem considerados uma pessoa detestável. A conduta social do indivíduo precisa, portanto, ser levada de maneira muito cuidadosa, pois as falhas expõe o indivíduo a ser socialmente humilhado e/ou fisicamente agredido.

1 - A CONVIVÊNCIA FORÇADA

Numa unidade de internação socioeducativa na qual os adolescentes têm de conviver sob um forte programa de classificação institucional, as relações constituídas são influenciadas por esse controle oficial. Logo, boa parte das relações conflituosas vindas de inimizades anteriores ganha um ar de suspensão e passam a operar de maneira mais velada ou através da jocosidade. Portanto, era muito comum que os adolescentes passassem o tempo

todo se provocando, na maioria das vezes de maneira amistosa, e evitando os temas que pudessem ser mais sensíveis àqueles com quem eles brincavam. Diogo Lyra observa também entre seus entrevistados essa relação: “A sociabilidade lúdica dos jovens, a todo tempo rindo uns dos outros, é uma das marcas mais fortes desse grupo e contrasta com o estigma de violência, tão caro à sua identidade.” (2013, p. 52)

Essa prática era também muito comum nas unidades de internação do Espírito Santo; eles brincavam com descontração sobre uma enorme variedade de temáticas. Presenciei um dia em que eles falavam das irmãs uns dos outros como possíveis parceiras amorosas e/ou sexuais: tudo começou quando um dos adolescentes perguntou a outro se ele era feio assim mesmo ou se estava do avesso. Mediante a risada generalizada, um terceiro adolescente acrescentou que o colega que era alvo da piada era mesmo feio, mas que tinha uma irmã bonita. Um quarto adolescente disse que conhecia a tal irmã do colega sendo zoado. Em pouco tempo, generalizou uma conversa sobre quem tinha irmãs e se elas eram bonitas ou não. O assunto foi conduzido com bom humor, mas com delicadeza, já que o exagero e a desonra da irmã alheia poderiam iniciar uma grande confusão.

Por vezes, quando encontravam os dispositivos corretos, era até possível organizar algum tipo de brincadeira mais elaborada, como uma “pegadinha”. Um adolescente me contou uma vez que um de seus colegas de internação era “Barriga Verde”, que come tudo o que vê, sem perguntar de quem é a comida. Assim, decidiram aprontar uma pegadinha para ele: colocaram pimenta sobre uma maçã e deixaram a maçã sobre a mesa. Quando o interno “Barriga Verde” entrou, “nem deu ideia [conversou] a ninguém”, pegou a maçã e comeu. Logo sentiu a ardência e saiu gritando impropérios e dizendo que iria “ter volta”.

Essas relações de zoação eram constantes. Alexandre Werneck aponta que

Quando se zoa alguém, fala-se a verdade como se fosse mentira, trata-se de forma jocosa e, portanto, relativamente leve, de algo que poderia ser tratado de maneira conflituosa, já que envolve o mecanismo central de situações de conflito, aquilo que tem tudo para iniciar uma tensão interacional: a *crítica*. Afinal, quando se zoa alguém, critica-se o que ele *faz* de errado, o que ele *tem* de errado, de torto, de estranho – de... “zoável”, como dizem vários pesquisados. E a crítica [...] envolve a geração de uma polaridade: de um lado, um *crítico*, alguém que se apresenta em uma posição superior moralmente; do outro, um *criticado*, alguém que o outro quer que seja lido como inferior moral. Quando se zoa, essa inferiorização é operada com o polo acusado tornando-se objeto de uma narrativa cuja conclusão se volta para o gracejo e, no horizonte, para certa paz. (2015, p. 188)

A zoação, portanto, era um meio razoável de estabelecer alguma sociabilidade e até de extravasar certa inimizade, que poderia tender à paz, ainda que fosse uma paz que estabelecesse superiores e inferiores morais. Por vezes, contudo, a paz era inadmissível dado

o estado de inimizade entre as partes, e a zoação poderia significar o prenúncio da eclosão de um conflito violento.

Um adolescente, que vamos chamar aqui de Davi³, me contou uma história de zoação que ocorreu assim que ele chegou em uma das unidades de internação. Davi me disse que tinha uma única “guerra” dele, que ocorreu por conta de uma menina. Ele tinha tido um envolvimento com essa menina, mas havia terminado a relação. Ainda assim, um dia os dois marcaram de se encontrar na casa dela. Por algum motivo, o telefone da menina tocou, ela não estava perto e Davi decidiu atender. Do outro lado da linha, se identificou um rapaz, tanto por nome quanto por apelido e pediu para falar com a menina, o que Davi negou. A conversa caminhou mal e os dois trocaram impropérios e juras de morte no telefone. Davi não deixou de se identificar também e de se colocar a disposição para o confronto.

Quando Davi foi internado, no bloco em que ele foi alocado estava também um interno do mesmo bairro do rapaz que havia discutido com Davi no telefone. Davi perguntou por seu desafeto e descobriu que ele também estava internado nessa unidade. Ele pediu para o adolescente com quem conversava que apontasse quem era o rapaz, afinal, os dois nunca haviam se visto. Assim, Davi sabia quem era seu oponente, que não saberia identificar Davi:

Aí eu pulei bem assim, fiquei bem assim olhando pra cara dele assim, ele olhou assim, nem sabia quem era eu, não tem? Aí, eu fiz bem assim: “como o mundo é pequeno, né?” Aí, eu assim e eu falei: “você nem sabe quem sou eu, né? Tá vendo como é que é? E se eu te vejo na rua marcando?” Tipo como, ele achando que eu já conhecia ele, não tem? “E se eu te vejo na rua marcando? A desgraça que você ia ficar embaixo da terra?” Aí ele virou assim: “vai pra desgraça”, começou a me xingar, nem sabia, não tem? Aí eu falei: “você tá me xingando, nem sabe quem sou eu, rapaz. Não sei o quê”. Aí depois os meninos falaram: “aí, esse daí que é o Davi, lá da minha favela. E aí, Davi? Não sei o quê” veio falar comigo, não tem? “E aí, Davi? Aí, ele que é o Davi, viado.”. Aí ele: “ah, sua desgraça”, nós começou a discutir... nós se encontramos na cadeia, véi. Nunca ia imaginar. (Entrevista concedida em 04 de julho de 2013)

Posteriormente, Davi foi posto frente a frente com seu desafeto e ambos concordaram em manter distância um do outro dentro da unidade. Para Davi, era um assunto encerrado: ele não tinha mais interesse amoroso ou sexual na menina em questão e ele pôde perpetrar uma zoação sobre o adversário e deixá-lo confuso, sem saber o que estava acontecendo, enquanto os colegas de bairro de Davi o saudavam. Esses momentos são bastante recorrentes. Mas como é que se pode diferenciar os momentos em que uma provocação será levada como ofensa e os momentos em que deve ser levada com pilhéria?

³ Na impossibilidade legal e ética de expor as identidades dos entrevistados, optou-se por numerá-los e por utilizar um nome falso em ocasiões nas quais isso poderia facilitar a narrativa. A numeração foi feita exclusivamente para esse trabalho.

Para tentar desfazer essas dúvidas, multiplicam-se, entre esses jovens, os verbos que tratam de questões ligadas à provocação. “Gastar”, “pesar”, “tirar” e “oprimir” têm sentidos diferenciados, mediante a compreensão do que essa provocação representa. “Pesar” e “gastar” representariam as situações mais amistosas e “tirar” e “oprimir” para as situações mais belicosas.

“Gastar” é o verbo que indica a pilhéria, a jocosidade e a brincadeira. É acompanhado pelo substantivo neológico “gastação”. Estar gastando, significa exagerar as falhas ou os defeitos, imaginar desfechos e situações engraçadas a partir de pequenos erros, ou mesmo inventar sobre situações das quais não se conhece a verdade. Em suma, aASTAÇÃO indica a verbalização de uma situação que não corresponde à realidade. Dessa forma, corresponde a situações que foram inventadas ou “forjadas”, conforme o próprio linguajar dos adolescentes. Dizer que “está gastando”, portanto, serve como um pedido para que não se leve muito a sério a provocação que se está fazendo, dada que ela não é real e também não é feita de más intenções.

Não obstante, é possível ainda que uma “gastação” se torne algo irritante, se se tornar algo repetitivo e incessante. O que precisa, contudo, ficar claro é que identificar algo como “gastação” é uma noção subjetiva, que indica que a fala não contém o desejo de ofender: porém, a mesma fala que pode ser considerada uma “gastação” para um, pode ser considerada uma “tiração” para outro, noção que explicaremos posteriormente.

“Pesar”, por outro lado, se refere a defeitos ou falhas reais. A ideia de “pesar”, portanto, é uma metáfora, imaginando que o provocador joga peso sobre o defeito ou falha, tornando assim mais difícil de suportá-lo. Esse é o verbo utilizado para se referir à forma como mães, sogras ou esposas criticam suas ações. É bastante comum também os adolescentes se “pesarem” por atividades criminais mal feitas ou mal sucedidas. O ato de “pesar”, conforme entendido por esses jovens, inclui sempre um ato verdadeiro, ainda que se o fato é verdade ou não possa ser discutível.

“Tirar”, por seu turno, envolve necessariamente uma humilhação. Novamente de sentido metafórico, a ideia remete à exclusão que o sentido literal do termo tirar (extrair, arrancar) apresenta. É o termo utilizado quando se sente ofendido ou abusado ou ainda quando não entende a necessidade de certo procedimento. O termo tende a ser mais utilizado quando há intenção clara de ofender. A diferença entre “gastar” e “tirar” repousa numa

distinção subjetiva se é considerado que houve ou não intenção maldosa na hora de emitir os comentários.

“Oprimir”, em regra, assim como a *zoação* de Werneck (2015), aponta para dois personagens: opressor, ou no linguajar nativo, quem está oprimindo, e oprimido; e esses personagens também apresentam uma distância moral entre eles. A ideia de “oprimissão” está diretamente relacionada ao fato de deixar alguém amuado, intimidado e constrangido. É possível que alguém que esteja sendo “oprimido” passe a “largatear”, ou seja, realizar atividades que não seriam sua obrigação para quem os está oprimindo. A distinção entre quem está “largateando” e quem está “fortalecendo” e sendo “humilde”, ou seja, sendo solidário com os companheiros, depende da existência ou não de uma relação de “oprimissão”. Esse conjunto de significados apresenta também um conjunto de práticas que acontecem na unidade de maneira mais velada, paralelamente aos mecanismos de controle oficial. O fato é que as “gastações”, “pesações” e “tirações” vão conformando posições e relações dentro da unidade que podem acabar levando um indivíduo a ficar oprimido. Para escapar a isso, ele pode tentar se defender, tanto discursivamente quanto fisicamente das agressões.

Era muito comum que adolescentes trocassem entre si também produtos e favores. Dessa forma, alguém poderia, por exemplo, trocar o doce que vinha de sobremesa no almoço por serviços de limpeza e arrumação na sua comarca. Essas trocas eram corriqueiras e poderiam se dar de forma opressiva, mesmo que por vezes parecessem ser trocas voluntárias. Assim, as relações não eram evidentes e passavam despercebidas num primeiro momento. Em regra, ainda que aprofundando e demarcando o conflito, essas relações mais permitiam do que impediam o andamento da vida social dentro da unidade. Por vezes, contudo, escalavam para a agressão e a ruptura das relações.

Por fim, um aspecto era importante na constituição dessas relações: a posição que o adolescente tinha nas quadrilhas que participava e os feitos criminais que ele tinha já realizado. Todos os adolescentes eram convidados pelos colegas de internação, assim que chegavam à Unidade, a dizer quem eles eram e isso seria importante para toda a rede de relações que ele estabeleceria na unidade. Ele precisava demonstrar quem ele era.

Além desse processo de autodeclaração, há também um processo de checagem das informações. Por vezes, um adolescente apresenta declarações inverossímeis e terá seu depoimento desacreditado de imediato. Se o depoimento parecer crível, ele é checado primeiro entre os adolescentes que moram no mesmo bairro ou nos bairros vizinhos. Mesmo

que não seja conhecido, o adolescente pode dar referências, nomes de comparsas que ocupam posições de maior destaque e que têm maior fama no seu “movimento” [organização local do tráfico de drogas]. Se os vizinhos o conhecerem ou conhecerem suas referências, seu discurso tende a ganhar credibilidade. Contudo, isso não impede que por vezes, checagens ainda mais distantes se elaborem, acionando os contatos externos que se possuem.

O importante dessas categorizações é que elas geram de certa forma “essencializações”, que podem gerar dispositivos de ação. Se alguém cometeu atos criminais considerados de muita importância ou ocupava posições de muito destaque na hierarquia do mercado varejista ilegal de drogas de seu bairro, ele terá maiores chances de ser mais respeitado dentro da unidade. César Pinheiro Teixeira (2013) apontou as “essencializações”, nesse caso, ver alguém como um bom “ladrão” ou como um “bandido de verdade”, geram sempre dispositivos de agência. Na interação dentro da “cadeia de menor”, essa gramática de essências será também mobilizada para permitir que os indivíduos ocupem melhores relações dentro da unidade.

Um adolescente, conhecido pela alcunha de “Feioso”, passou por um processo ilustrativo dessa situação. Feioso participara de um linchamento a pauladas e, portanto, fora apreendido. Ele tinha um semblante fechado e, como o apelido indica, estava bastante distante dos padrões de beleza. O agente que me trouxe esse interno para ser entrevistado me disse que “esse é cruel”. A fama de mal de Feioso, contudo, não resistiu à checagem dos fatos, que indicaram que ele tinha sido obrigado por seus inimigos a desfilar por seu bairro usando calcinha e a sentar em um formigueiro. No último contato que tive com Feioso ele se lamentava de um colega que, segundo ele, não sabia o que falava e que o estava acusando de “largatear”, enquanto ele levou comida para os parceiros que estavam “na tranca” apenas porque eles não poderiam sair. Feioso passou de uma fama de cruel a um possível “largateador” em alguns meses, devido a constante “tiração” que essa história ocasionou. A sua condição de “oprimir” e mesmo de zoar se foi e ele passou a precisar se defender para não se tornar o oprimido.

Mas para termos toda a dimensão da importância dessas posições precisamos nos deter mais detidamente sobre as práticas criminais: especialmente sobre as classificações pejorativas que podem servir para essas técnicas de “oprimissão”. Ser atribuído a prática de um ato errado ou a uma fraqueza pode também levar a uma “essencialização” que expõe o indivíduo a agressões; isso se dá mediante a um processo dinâmico de classificações. Os

adolescentes buscavam manter imagens positivas, se afastando desses tipos detestáveis, tanto evitando ser classificado dessa forma, como estabelecendo uma fronteira na interação com aqueles que encarnam esses tipos.

2 - OS TIPOS DETESTÁVEIS

Existe uma série de motivos que podem levar alguém a ser alvo de “tiração” ou passar a ser oprimido. Porém, destacamos alguns tipos sociais que geram maior vulnerabilidade para as pessoas que são a eles associadas. O extrato abaixo indica alguns deles:

O cara pode ser um psicopata que matou mil e um, o único que eu falo que merece sofrer aquilo ali é o estuprador mesmo, é só ele mesmo. Agora fora ele, nem pistoleiro eu não quero isso pra ele, nem pra ele, nem pro cara que é inimigo meu que pode ter tentado me matar eu não quero ver isso pra ele. ‘Tá doido, cara, aquilo ali é ruim demais. (Interlocutor 01, entrevista concedida em 13 de agosto de 2013).

Embora os inimigos – aqueles que pertencem a quadrilhas rivais ou contra quem se tem uma desavença pessoal – sejam sempre tipos deploráveis, eles não são considerados os piores. O estuprador (ou “jack”), o “noia” ou “curió” (viciado em crack), o “pistoleiro” ou ainda o “caguete” são figuras ainda mais desagradáveis, que podem ser mortas, maltratadas ou oprimidas. O depoimento acima fala sobre passar muitos anos numa cadeia para maiores de idade, sem as possibilidades de ter o período de privação de liberdade reavaliado. Note-se que o estuprador acabou com o pior posto, superando o inimigo e o pistoleiro.

O “inimigo” é o tipo com a qual a fronteira social é mais obviamente detectada. Acredito que vale sumarizar algumas das possibilidades de se fazer um inimigo: em primeiro lugar, dois inimigos podem pertencer a quadrilhas rivais. Na maioria dos casos, a rivalidade entre quadrilhas que é diretamente relacionado com o controle dos postos de distribuição de droga ou com o monopólio da venda de droga a varejo em um determinado território. Ainda assim, se alguém em uma posição importante na quadrilha tiver uma desavença pessoal, ela pode se transformar em uma guerra para toda a quadrilha. Em todo caso, para aqueles que ocupam as posições mais baixas na hierarquia, os inimigos não são muito diferentes dos que estão ao seu lado, exceto pelo fato justamente de estarem em lados opostos.

Contudo, é possível ter uma desavença pessoal com alguém, seja por questões ligadas estritamente ao tráfico de drogas, seja por questões de outras naturezas, como no caso de Davi. Por vezes, os adolescentes apontavam que seus “bondes” tinham guerras com quadrilhas de bairros distantes dos seus, por vezes em municípios que sequer tinham

fronteiras entre si, o que pode ter sido ocasionado por uma desavença entre criminosos dentro de penitenciárias ou dentro de um dos grandes bailes funk da região. Um interlocutor me disse certa vez em relação às “guerras”:

Ah, é mais doido da cabeça assim, não tem? Você discute, você bate no cara, tenta matar o cara na cadeia, não consegue e chega na rua... Outros também é que você pega a mulher do cara e você não sabe... Outros também é que você vai na favela que é amiga, você arruma guerra na favela e a favela é de outros cara, os cara te dão uma moral, vão na favela de onde você é e dá ataque, aí é tudo guerra assim. Guerra gera do nada. Fazer guerra é fácil, o negócio é amenizar. Tem lugar que é difícil. (Interlocutor 02, entrevista realizada em 26 de julho de 2013).

Depois que as guerras fazem vítimas fatais, elas se tornam impossíveis de serem apaziguadas. Muitos adolescentes dizem que não sabiam como ou por que as guerras coletivas em que eles participavam haviam começado. Isso facilita as estratégias de trégua dentro das unidades, embora se o inimigo já matou amigos ou parentes muito próximos ou atirado contra o adolescente em questão, eles permanecerão como desafetos. Contudo, a menos quando um inimigo foi formado na interação pessoal, não há necessariamente nada que o desabone.

Outras figuras, no entanto, serão extremamente mal vistas e consideradas malvadas e imorais. Michel Misse (1999) aponta como os mecanismos de sujeição criminal permitem que certos indivíduos, diretamente ligados a práticas criminais sejam, no limite, vistos como portadores de uma subjetividade malvada. Esse processo acontece sobre os interlocutores principais dessa tese, que já precisam lidar com essa acusação. Uma das maneiras de lidar com esse peso é transferi-lo para outros grupos. Assim, os adolescentes praticam o que César Pinheiro Teixeira (2013) chamou de “casa dos espelhos”: da mesma forma que eles recebem essa acusação, eles a fazem a outros grupos, com os quais não se identificam, e podem assim tratá-los como indivíduos moralmente errados, que não mereceriam qualquer ajuda ou atenção, para os quais “todo castigo é pouco”.

Desse modo, era comum ouvir que “jack não tem direito a atendimento [com as técnicas]”; ou os adolescentes zoando alguém que já tenha usado crack, ainda que uma única vez. Ouvi um adolescente, que era homossexual, ser chamado de “uma vergonha para a vagabundagem”. Achei no momento a frase bastante curiosa, porque, de uma perspectiva externa, a “vagabundagem” deveria ser uma vergonha. Contudo, os interlocutores que tive podiam elencar vários comportamentos impróprios, que eles consideravam muito piores dos que os deles. Isso demonstra que, por mais que as regras de convivência desses jovens possam ser pensadas como uma subcultura e que possam permitir a neutralização de alguns crimes considerados graves – com destaque especialmente para o roubo –, existe uma série de valores

que não diferem muito dos “valores em geral” dos capixabas e brasileiros no começo do século XXI. Embora as definições com relação ao crime possam ser diferentes, a noção geral dos valores não muda. Mesmo na construção de Edwin Sutherland e Donald Cressey de subcultura, não são os valores o ponto diferencial: “Uma vez que comportamento criminal é uma expressão dos valores e necessidades gerais, não é explicado por esses valores e necessidades porque comportamento não-criminal é uma expressão dos mesmos valores.” (SUTHERLAND & CRESSEY, 1966, p. 82). Ainda que essas regras de convivência apontem para possibilidades de resolução violenta de conflitos, isso não significa que todo tipo de comportamento será tolerado. O que é interessante, portanto, é entender como esses valores são rearranjados, rearticulados e permitem uma ordem moral com definições diferentes.

Um adolescente sintetizou essa situação da seguinte forma: “No estatuto do crime tem tudo, não tem? Quem é do crime sabe. Que tem o estatuto do Estado, tem o estatuto de nós também, não tem? Você pensa que nós não tem estatuto, mas nós tem também, não tem? Se errar, fi...” (Interlocutor 03, entrevista concedida em 06 de agosto de 2013). Porém, o tal “estatuto do crime” não é um conjunto de prescrições dispostas na forma de artigos. Era muito mais um cuidado extremo com a própria conduta, de maneira a respeitar certas prescrições gerais e evitar se colocar numa situação em que alguém com maior capacidade de utilizar a força física pudesse realizar uma “cobrança”. Nesse sentido, era preciso evitar ser rotulado como determinadas figuras detestáveis.

O estuprador era sem dúvida o crime mais detestável nos relatos apresentados por meus interlocutores. Um dia, durante uma atividade, um adolescente disse que, apesar de vender drogas, nunca tinha feito mal para ninguém. O agente socioeducativo que o vigiava decidiu interpelá-lo e perguntar por que ele estava preso então. O jovem disse que qualquer um no lugar dele faria a mesma coisa, que ele não se arrepende e que se o agente soubesse o que ele havia feito também não reprovaria. O agente se mostrou intrigado e insistiu na pergunta, o jovem então disse que havia matado o estuprador de sua sobrinha, ainda criança; o agente socioeducativo não disse mais nada. Matar um estuprador, apesar de ser ilegal e enquadrado como homicídio, um dos crimes com a maior punição, parecia plenamente justificável para os adolescentes e, como se pode verificar na situação acima, mesmo para os agentes. Nenhuma das outras categorias detestáveis parecia tão desprezível, a ponto de ser morto sem maiores considerações.

Outra figura deplorável é o “noia” ou “curió”, o viciado em drogas, especialmente em crack. O uso e a venda de drogas, aliada com a visão estigmatizada do “noia”, geram uma conformação interessante para a visão que os adolescentes apresentaram. Reproduzo um diálogo sobre o uso de drogas que sintetiza bem as visões apresentadas sobre isso:

Entrevistador – E pedra [de crack]?

Entrevistado – Pedra nunca usei não. Só vendo.

Entrevistador – É ruim, cara, usar pedra?

Entrevistado – Ahn, nunca usei, não posso falar.

Entrevistador – Não, mas assim, você viu muita gente usando, né?

Entrevistado – Rapaz, destrói a vida, né? Vi já gerente da Vale do Rio Doce fumando pedra, acabando com a vida dele. Devendo o movimento. Ter que deixar carro, ter que deixar cordão, ter que deixar o cartão com a senha do banco pra pagar dívida se não morre.

Entrevistador – O negócio deve ser ruim mesmo...

Entrevistado – [Dá a] casa...

Entrevistador – porque quem vende não faz propaganda. (Interlocutor 04, entrevista concedida em 28 de março de 2014)

Pôde-se perceber a predileção da maioria dos entrevistados pela maconha, superando até mesmo o uso do álcool, que raramente era citado. A cocaína era tida como uma opção perigosa, pois teria efeitos devastadores. O crack, por seu turno, apesar de ser muito lucrativo, era absolutamente estigmatizador. Dois adolescentes um dia caçoavam de um terceiro adolescente, que não estava presente, porque ele teria, uma vez, experimentado o crack.

Durante muito tempo essa situação me intrigou. Como era possível que aqueles que vendem um determinado produto, que o consideram sua mercadoria mais rentável, possam fazer, ao mesmo tempo, uma imagem tão ruim dele? Até que as histórias sobre “curiós” se multiplicaram a tal ponto que foi possível compreender. Era muito comum adolescentes dizerem que trocaram um serviço ou um produto por uma pedra [de crack]. Tatuagens, cortes de cabelo, aparelhos domésticos, tudo era trocado por pedras. Novamente, tive dificuldade de compreender e perguntava a eles por que não vender a pedra e pagar pelo serviço ou comprar o produto. A resposta na maioria dos casos era que quem fornecia o serviço ou o produto era viciado e queria uma pedra. O que em muitos casos era deixado de lado era que havia sempre enorme deságio para o viciado, que não tinha dinheiro, porém sentia necessidade da droga. Logo, uma pedra de crack era sempre trocada por muito mais do que ela valia.

Assim, o “noia” era alguém a ser explorado. A imagem negativa sobre o crack ajudava a consolidar a imagem negativa de seu usuário e impedia que houvesse solidariedade com o viciado. Um adolescente contou como achincalhava os viciados. Segundo ele, um dos clientes regulares dele retirou o equivalente a vinte reais em pedras de crack. Automaticamente, a dívida passa a ser de cem reais e a cada dia que passa, a dívida aumenta

em mais cem. Quinze dias depois, quando ele foi apreendido, a dívida estava em R\$1.500,00, que ele iria cobrar esse valor quando saísse. Segundo ele, esse viciado goza de crédito nos movimentos, porque ele sempre paga, mas sempre com atraso, o que para eles é mais interessante. Transformar vinte reais em mil e quinhentos em quinze dias é provavelmente o investimento mais interessante do mundo. Isso era possível mesmo a vendedores em posições baixas em suas quadrilhas, desde que ele inteirasse a seus superiores o dinheiro original da droga e se incumbisse da obrigação de cobrar o devedor.

Outra possibilidade era se aproveitar dos serviços que os “curiós” poderiam oferecer ou dos bens que eles decidiam empenhar ou ainda solicitar que eles fizessem atividades ilegais. Um dos interlocutores me disse uma vez que solicitou que os “noias” saíssem para roubar ouro, porque ele queria fazer um cordão. Outro adolescente me disse que ficou com um carro de um viciado, como caução de uma dívida. Depois de muito tempo que o devedor não voltara com o dinheiro, ele decidiu sair com o carro e ir a um baile funk. Porém, ele dirigia muito mal e acabou batendo com o carro num poste. O prejuízo com o carro foi muito maior do que a dívida. O adolescente, portanto, decidiu perdoar a dívida do viciado, mas se recusou a pagar a diferença, como o dono do carro solicitava. Para encerrar a discussão, meu interlocutor teria dito que se o viciado honrasse com seus compromissos no prazo estipulado, esse tipo de coisa não teria acontecido.

O adolescente autor da última história se divertia muito com ela. Para ele era uma travessura permitida pela falta de juízo do devedor, que decidira usar crack e fazer dívida no “movimento”. Além de tudo, eles afirmam que não obrigam ninguém a comprar drogas e que, no caso do crack, como já vimos, desaconselham seu uso. Logo, a distância social entre eles era bastante forte, estabelecida por uma fronteira rígida. Dessa forma, todo tipo de extorsão na venda de drogas era permitida: os juros dos empréstimos eram abusivos, as trocas diretas muito vantajosas aos traficantes e as cobranças altamente violentas. Apesar de ser considerada uma figura possível de ser extorquida, não havia razão direta para que um viciado em crack fosse morto imediatamente, como acontecia com o “jack”. Contudo, havia dois motivos que poderiam justificar o assassinato de um “curió”: o primeiro deles é a falta de pagamento por dívidas de droga; o segundo deles é roubar dentro da comunidade.

Ser visto como “noia” dentro da unidade leva os adolescentes a dinâmicas de interação muito difíceis, uma vez que é uma figura que não merece respeito. Mas ainda é melhor que o “jack”, que poderia ser agredido e mesmo morto durante uma rebelião, sem

necessidade de maiores deliberações. Um único adolescente se apresentou como viciado em crack, o que o levou a uma situação de bastante “oprimissão” em ambas as unidades socioeducativas.

Outra figura mal vista é a do pistoleiro. O pistoleiro remonta à origem rural e é um tipo social que faz parte dos cenários de acumulação social da violência no estado. Ele articula, conforme já assinalamos, as diversas possibilidades de se matar alguém em troca de dinheiro. Isso parecia fugir inteiramente à “lógica do certo”:

No crime que a gente fecha, a gente [não] fecha pelo errado não, pô, mesmo que a gente tá nessa vida aí, pô. A gente tem que ter os bons morador do nosso lado, não longe de nós, nós tem que defender eles também. Pistoleiro não, pistoleiro se você fala assim, o cara é trabalhador, mas se o cara não gostar da sua cara você fala assim: “Te dou dois mil reais pra você matar aquele cara ali”, ele vai lá e mata. Pistoleiro é o cara que gosta de matar por dinheiro. Pistoleiro se você tiver uma peça que ninguém tem, ele te mata pra tomar a peça, isso aí que é pistoleiro. (Interlocutor 05, entrevista concedida em 07 de agosto de 2013).

Esse interlocutor afirma que começou uma guerra dentro de seu movimento porque seus colegas decidiram “fechar” com pistoleiros. Indignado, ele mobilizou seus recursos contra isso. Vários adolescentes se mostraram chateados quando se insinuou que eles pudessem matar por dinheiro. Eles rechaçavam imediatamente a possibilidade. Segundo o discurso de alguns, os pistoleiros têm excelentes relações com a polícia, inclusive, sendo alguns deles policiais. Além disso, os pistoleiros seriam muitas vezes contratados para matar assaltantes e o assalto era uma prática corriqueira para a maioria deles. A figura do pistoleiro era de tal forma mal vista que se um adolescente tivesse cometido um crime em troca direta por dinheiro ele dificilmente admitiria isso na unidade, e provavelmente oferecia uma justificativa mais aceitável para o homicídio. O pistoleiro é, portanto, apresentado como uma figura capaz de qualquer coisa por dinheiro, sem nenhum freio moral. Dessa forma, a “casa dos espelhos” serve não apenas para as acusações relacionadas à sujeição criminal, mas também para a “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004; 2008), apontando o pistoleiro, esse sim, como aquele que tem como único obstáculo para obter seus objetivos a força física e dessa forma se livrando dessa pecha.

Duas figuras ajudam a extrapolar os tipos detestáveis para além das fronteiras do “mundo do crime”. Uma delas é o ‘caguete, abreviação de alcaguete, aquele que delata atividades ilícitas para as autoridades oficiais – também chamado de “xis-nove”. O ‘caguete pode ser tanto alguém do mundo do crime, como alguém de fora dele; em ambos os casos, a proibição de ‘caguetar’ é a mesma. Em todo caso, é motivo suficiente para se matar alguém:

Levaram as drogas, soltou nós, levaram pra eles. Os polícia corrupto lá da favela lá. Fez o moleque ‘caguetar tudo. O moleque ‘caguetou, deu mole. ‘Caguetou, morreu, mano. Juntamos doze mano, demos umas noventa facada na cara, doze tiros. Nós só não deixamos mais feio por causa que ‘tava lombrada [ocupada por policiais] a favela. (Interlocutor 03)

Como podemos ver, evitar delatar as atividades do movimento é uma tarefa que conta com um obstáculo bastante expressivo: uma vez presos, os adolescentes podem ser torturados pela polícia, que busca maiores informações sobre o movimento. Da mesma forma, não envolvidos com a “vida no crime” podem denunciar, o que também não será tolerado e pode levar à morte do denunciante. Nesse ponto, podemos ver que os “artigos do estatuto do crime” transbordam os envolvidos na “vida do crime” e algumas regras valem também para quem não é do “crime”.

Porém, essa interdição sobre a delação nos parece bastante relacionável com as práticas criminais, assim como a visão sobre o inimigo, sobre o “curió”, sobre o pistoleiro e sobre o “jack”. Todas elas de alguma forma denotam crimes e é interessante notar como adolescentes que foram responsabilizados por crimes podem apresentar um sistema de regras que permita que alguns crimes sejam neutralizados – especialmente o tráfico de drogas e o roubo – e outros sejam condenados.

Ainda assim, uma última figura detestável foi detectada. Foi bastante surpreendente o forte discurso contra essa prática, porque sequer se trata de um crime e, supostamente, não teria uma interferência direta sobre os negócios do tráfico de droga, sobre o roubo, ou mesmo sobre qualquer outro crime. De qualquer forma, apareceu reiteradamente nos discursos sobre práticas incorretas a “cafanhatagem”, o ato de ter relações com uma mulher comprometida. Isso demonstra uma dimensão moralizante da questão que escapa as práticas incrimináveis. Aquele cuja mulher teve relação com o cafanhate poderia, segundo esse código moral, matar tanto o cafanhate, quanto a mulher traidora. Porém, a ofensa não se resume aos diretamente ofendidos; o cafanhate é em si um tipo detestável e imoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber duas gramáticas que ajudam a mediar a interação entre esses adolescentes. Em primeiro lugar, apresentaram-se as técnicas de “oprimissão”, ou seja, os mecanismos jocosos ou humilhantes que servem para criar distâncias e fronteiras sociais. Em segundo lugar, mostraram-se o conjunto de prescrições que levam ao que chamamos aqui de tipos detestáveis. É importante ressaltar que essas duas questões têm uma articulação em sua

operacionalidade social: é na interação entre os adolescentes – amistosa, jocosa, humilhante ou até enaltecida – que eles vão sendo categorizados como um dos tipos detestáveis ou como um “cara resposta” ou ainda um “cara bom” – esse último muito utilizado para quem se mostra muito habilidoso nas práticas incrimináveis.

Desse modo, não é apenas a conduta que define as hierarquias entre os adolescentes, mas também a forma como ele reage às técnicas de “opressão”, eventualmente como reações violentas, mesmo dentro das unidades socioeducativas. Existem certas atitudes que não podem ser toleradas; envolvendo ou não “tipos detestáveis”. Por outro lado, a categorização como um desses tipos detestáveis é importante para que outros indivíduos sejam subjugados e mesmo assassinados dentro da lógica dos mercados ilegais e do “mundo do crime”. Ser definido como um dos tipos detestáveis é algo que precisa ser evitado, assim como ser tido como alguém que pode ser facilmente humilhado por qualquer razão.

Reações desproporcionalmente violentas à “tiração” poderiam ajudar a afirmar a dignidade ofendida. Nesse artigo, mais do que as reações, buscamos entender como eram possíveis as dinâmicas de hierarquização, através de distinções que vão criando fronteiras dentro do “mundo do crime”. Os tipos detestáveis aparecem então como casos-limite, mas uma “gastança” sobre algo banal ou “pesar” sobre práticas mal feitas podem também gerar hierarquias nas reputações, ainda que dificilmente gerem distância social menor.

REFERÊNCIAS

- LYRA, D. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 53-84, Brasília, jan./jun. 2004.
- _____. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos: acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, IUPERJ, mimeo, 1999.
- SUTHERLAND, E. & CRESSEY, D. *Principles of criminology*. 7. ed. Filadélfia e Nova Iorque: J. B. Lippincott Company, 1966.
- TEIXEIRA, C. P. *A teia do bandido: Um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais*. Tese de doutorado, PPGSA/UFRJ, mimeo, 2013.
- WERNECK, A. “Dar uma Zoada”, “Botar a Maior Marra”: Dispositivos Morais de Jocosidade como Formas de Efetivação e sua Relação com a Crítica. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 187 a 221.